

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

1) INTRODUÇÃO E OBJETO DO ETP

O presente Estudo Técnico Preliminar – ETP, atendendo ao Art. 18, inciso I c/c §1º, da Lei nº 14.133, de 2021, retrata o documento que caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objeto principal deste ETP é estudar a viabilidade técnica e razoabilidade da contratação pública de empresa de engenharia com fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos e ensaios em laboratórios necessários à execução da **Obra de Construção da Unidade de Pronto Atendimento – UPA SEDE (porte III), no Bairro Bela Vista, do Município de Aracruz – ES**, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

2) BASE LEGAL

- a) Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Art 2º, inciso VI; Art.18º, inciso I c/c §1º e Art. 6º, inciso XX, bem como demais requisitos Legais e Normativos que regem a matéria.
- b) Constituição Federal de 1988, art. 37, inciso XXI
- c) Normas da ABNT e das legislações pertinentes para execução de todos os serviços aplicáveis na execução da obra, inclusive no que tange a qualidade dos materiais;
- d) Lei nº 5.194, de 24 de dezembro 1966, que regula o exercício das profissões de Engenharia e dá outras providências;
- e) Lei nº 12.378/2010 regula o exercício da Arquitetura e cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e das Unidades da Federação (CAU/UF);
- f) Lei nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977, que institui a “Anotação de Responsabilidade Técnica” na prestação de serviços de Engenharia, autoriza a

criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, de uma mútua de assistência profissional, e dá outras providências;

3) UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL

Secretaria Municipal de Saúde

4) UNIDADE ADMINISTRATIVA REQUISITANTE

Secretaria Municipal de Saúde

5) RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO ETP

Servidores integrantes da área solicitante e da área técnica da SEMOB.

6) DATA E LOCAL DE ELABORAÇÃO

Aracruz/ES, 15 de agosto de 2025.

7) DATA PREVISTA PARA IMPLANTAÇÃO

Dezembro/2025

**8) NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A
RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO.**

A contratação de empresa de engenharia para execução da obra de construção da Unidade de Pronto Atendimento – UPA Sede – Tipo III, no Bairro Bela Vista, mostra-se imprescindível diante do cenário atual da rede de Urgência e Emergência do Município de Aracruz.

A Urgência e Emergência constituem-se em um dos principais componentes da assistência à saúde, apresentando crescente demanda por serviços nos últimos anos. O aumento do número de acidentes, da violência urbana e a insuficiente estruturação da rede existente contribuem de forma decisiva para a sobrecarga dos serviços hoje disponibilizados, tornando esta área uma das mais problemáticas do Sistema Único de Saúde – SUS.

O impacto desses fatores é significativo: eleva-se o número de internações hospitalares, aumenta a necessidade de assistência em leitos de UTI e prolonga-se a taxa de permanência hospitalar dos pacientes com perfil de urgência e emergência,

refletindo diretamente em custos para o SUS e em prejuízos sociais para a coletividade.

A assistência a essas ocorrências, ainda hoje, ocorre de forma concentrada em serviços que funcionam exclusivamente como prontos-socorros, estruturados de maneira desigual, mas que atuam, de fato, como porta de entrada do sistema de saúde. Essas unidades acabam absorvendo não apenas pacientes com quadros de urgência real, mas também aqueles que não conseguem atendimento oportuno na atenção primária ou especializada, além das chamadas urgências sociais.

Nesse contexto, a UPA Aracruz representa um serviço de saúde de complexidade intermediária, posicionado entre as Unidades Básicas de Saúde e os hospitais de alta complexidade, compondo o Sistema Municipal de Urgência e Emergência. Sua finalidade é prestar atendimento resolutivo aos pacientes em situações agudas ou de agravamento de condições crônicas, de forma ininterrupta, 24 horas por dia, oferecendo acolhimento, estabilização clínica e encaminhamento qualificado aos serviços hospitalares de referência, como o Hospital Maternidade São Camilo.

A unidade beneficiará diretamente 94.765 habitantes, que correspondem à população total do Município de Aracruz (IBGE, 2018). O atendimento ampliado permitirá maior capacidade de resposta às demandas crescentes da população, aliviando a sobrecarga hospitalar e fortalecendo a rede de atenção básica.

Portanto, a presente contratação justifica-se pela necessidade de implantação de uma nova estrutura física de maior porte, adequada ao volume de atendimentos exigido pelo território adscrito. Trata-se de medida essencial para garantir acesso da população a uma saúde pública resolutiva, humanizada e de qualidade, em conformidade com o interesse público e com as diretrizes do SUS.

9) DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO CONTRATAÇÕES ANUAL.

Conforme disposto no item 2.3 do Documento de Formalização da Demanda (DFD), elaborado pela Secretaria Municipal de Saúde, embora a presente demanda não esteja expressamente contemplada no Plano de Contratações Anual (PCA) da Secretaria Municipal de Saúde, cumpre destacar que a natureza da despesa está prevista no Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD) da Lei Orçamentária Anual (LOA),

estando, portanto, em conformidade com as diretrizes e prioridades estabelecidas pela referida Secretaria.

10) REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.

A CONTRATADA deverá preencher os seguintes requisitos para a execução dos serviços da obra de **Construção da Unidade de Pronto Atendimento – UPA SEDE (porte III), no Bairro Bela Vista, do Município de Aracruz – ES.**

Abaixo, seguem os requisitos específicos referente às atividades relacionadas à obra:

A CONTRATADA se obrigará a executar a obra empregando exclusivamente materiais de primeira qualidade e obedecendo rigorosamente aos documentos técnicos elaborados, especificamente Caderno de Encargos e Especificações, Projeto de Arquitetura, Projetos Executivos Complementares e Planilha Orçamentária.

A Contratada obrigará-se a desenvolver os serviços da presente contratação sempre em regime de entendimento com a fiscalização, dispondo de amplos poderes para atuar no sentido do fiel cumprimento do Contrato.

A empresa Contratada é responsável em inscrever a Obra no Cadastro Nacional de Obras – CNO da Receita Federal do Brasil em até 30 (trinta) dias contados do início das atividades, em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 2061, de 20 de dezembro de 2021, devidamente comprovado perante a Contratante.

A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais ou comerciais da execução do Contrato.

A inadimplência da Contratada com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferem à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato ou restringir a regularização e o uso do serviço.

Cabe à Contratada permitir e facilitar a fiscalização, em qualquer dia e hora devendo prestar todos os informes e esclarecimentos solicitados.

A empresa CONTRATADA obriga-se a manter ART – Anotação de Responsabilidade Técnica e/ou RRT – Registro de Responsabilidade Técnica, durante toda a execução do contrato.

Deverá a Contratada obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável

A Contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

A Contratada arcará com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos.

Obriga-se a Contratada a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Manter responsável técnico preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos.

Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

Apresentar, juntamente com a Nota Fiscal e/ou Fatura de Serviços os documentos comprobatórios do pagamento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, FGTS e fiscais.

Destinar pessoal suficiente para o desenvolvimento dos trabalhos a serem realizados, devidamente equipados com EPI (Equipamentos de Proteção Individual) e uniformizados.

Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.

A Contratada deverá manter mão de obra especializada, supervisão técnica e administrativa, veículos, equipamentos e ferramentas, bem como de todo material necessário à execução dos serviços demandados, atendendo a prioridade definida na documentação técnica de modo a viabilizar o cumprimento dos prazos de execução, com a qualidade determinada pela Contratante.

Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

Justificar eventuais atrasos no cronograma de obra, bem como apresentar novo cronograma para que possa ser analisado e aprovado posteriormente pela Administração.

Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

Cabe ainda à contratada atender aos procedimentos para Controle Ambiental na execução do contrato.

11) ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO.

As quantidades previstas dos serviços correlacionados foram obtidas através do resultado de levantamento dos serviços e as quantidades dos mesmos, considerando vistoria prévia técnica do bem público, através dos estudos preliminares e de memorial de cálculo.

A revisão do levantamento quantitativo e definição final das quantidades será elaborada por equipe técnica devidamente capacitada, que resultará no orçamento completo da obra a ser executada, inclusive com valor final de referência da contratação, em memorial anexo ao processo.

12) LEVANTAMENTO DE MERCADO.

Com o objetivo de atender à demanda de execução da obra de construção da Unidade de Pronto Atendimento – UPA Sede – Tipo III, localizada no Bairro Bela Vista, foi realizado levantamento de mercado acerca das soluções técnicas e operacionais disponíveis no setor de engenharia e construção civil, levando em consideração as experiências de outros entes públicos, bem como os parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde para a implantação de UPAs.

Alternativas identificadas:

1. Execução direta pela Administração Pública (mão de obra própria):

- Impraticável diante da complexidade técnica do empreendimento e da necessidade de equipe multidisciplinar especializada em obras de saúde.
- Limitação de recursos humanos, materiais e equipamentos disponíveis no quadro da Administração inviabilizam a adoção desse modelo.

2. Contratação de empresa especializada do setor privado (licitação):

- Alternativa mais viável, permitindo a seleção de empresa com comprovada capacidade técnica e operacional para execução da obra.

- O mercado nacional da construção civil apresenta diversas empresas com experiência na execução de unidades de saúde de médio e grande porte, inclusive com histórico de implantação de **Unidades de Pronto Atendimento – UPA Tipo III**, em conformidade com normas técnicas da ANVISA, Ministério da Saúde e legislação de engenharia.
- Existência de empresas aptas a atender aos requisitos técnicos e legais da contratação, inclusive no âmbito regional, o que demonstra ampla competitividade.

3. Utilização de modelos pré-fabricados/modulares:

- Embora seja alternativa existente no mercado, apresenta limitações quanto à adaptação às necessidades locais e personalização do projeto arquitetônico.
- Pode ser considerada solução complementar em contextos emergenciais, mas não atende plenamente às especificações do objeto em análise.

Conclusão:

O levantamento de mercado indica que a alternativa mais adequada e exequível para atender à demanda é a **contratação, por meio de licitação pública, de empresa de engenharia especializada**, assegurando-se a observância dos requisitos técnicos, legais e de economicidade, além de possibilitar ampla competitividade entre os potenciais fornecedores.

13) ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO.

A estimativa de preços da contratação será compatível com os quantitativos levantados no projeto básico e com os preços do DER-ES (Departamento de Edificações e de Rodovias do Espírito Santo) e SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, todas sem desoneração, que são as principais tabelas utilizadas nos orçamentos de obras em geral.

Os custos de execução, apresentados em planilha orçamentária, serão elaborados por equipe técnica devidamente capacitada, que resultará no orçamento completo da obra a ser executada, inclusive com valor final de referência da contratação, que deverá compor a documentação do Projeto Básico e Termo de Referência.

Preliminarmente, estima-se o valor de R\$ 12.000.000,00 (Doze milhões).

14) DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.

Para detalhamento da solução como um todo, citamos os próprios projetos executivos, memoriais, caderno de encargos e especificações técnicas, uma vez que através destes documentos estarão caracterizados criteriosamente todos os materiais e componentes envolvidos, bem como toda a sistemática construtiva utilizada, sequências executivas e especificações, visando adequar os materiais empregados com os procedimentos a serem realizados.

15) JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO.

O **NÃO PARCELAMENTO** do objeto se justifica em razão de os serviços guardarem compatibilidade entre si, admitindo o julgamento com base em um mesmo critério e permitindo a execução por um mesmo fornecedor, restando assegurado o caráter competitivo do certame licitatório.

Licitar o objeto em parcelas se revela técnica e economicamente inviáveis, haja vista que pode acarretar prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, sendo assim, todos os serviços que compõem o objeto deverão ser adjudicados a uma única empresa.

Vale ponderar que o objeto da contratação não pode ser executado de forma concorrente e simultânea por mais de um contratado.

O agrupamento importa também em maior facilidade na gestão dos contratos e acompanhamento dos serviços técnicos posteriormente contratados.

Destarte, a obra projetada deverá ser executada na totalidade por empresa especializada na área de construção civil, não havendo possibilidade de divisão por lotes ou etapas construtivas distintas, dado a natureza da obra, complexidade e especificidade dos serviços, os quais possuem interdependência entre si.

16) DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS.

A contratação para execução da obra de construção da **Unidade de Pronto Atendimento – UPA Sede – Tipo III, no Bairro Bela Vista**, tem como objetivo central a ampliação e o fortalecimento da rede de Urgência e Emergência do Município de Aracruz, promovendo impactos diretos e positivos nas políticas públicas de saúde.

Com a conclusão do empreendimento, esperam-se os seguintes resultados:

1) Ampliação do acesso da população a serviços essenciais de saúde:

- Garantia de atendimento ininterrupto, 24 horas por dia, a toda a população do município (94.765 habitantes – IBGE/2018).
- Redução de barreiras de acesso, assegurando acolhimento humanizado e resolutivo para os pacientes em situações de urgência e emergência.

2) Desafogamento da rede hospitalar e qualificação do fluxo assistencial:

- A UPA absorverá grande parte da demanda hoje direcionada diretamente ao Hospital Maternidade São Camilo e a outros serviços hospitalares.
- Contribuição para a diminuição das filas, redução do tempo de espera e maior eficiência no processo de referência e contra-referência dos pacientes.

3) Fortalecimento da Atenção Básica e integração da rede de atenção à saúde:

- A nova unidade funcionará como elo intermediário entre a Atenção Primária e os hospitais de alta complexidade, consolidando o modelo de Rede de Atenção às Urgências preconizado pelo SUS.
- Ampliação da resolutividade da rede local de saúde, com capacidade para estabilização clínica, observação e encaminhamento qualificado.

4) Impacto social e melhoria da qualidade de vida da população:

- Atendimento rápido e adequado a vítimas de acidentes, violência urbana e condições clínicas agudas, reduzindo complicações e sequelas.
- Maior sensação de segurança sanitária e fortalecimento da confiança da população no sistema público de saúde.

5) Eficiência na aplicação dos recursos públicos:

- Redução de custos indiretos ao sistema, como internações prolongadas e uso intensivo de leitos hospitalares e de UTI.
- Otimização do gasto público, com investimento em estrutura que contribui para prevenir agravamentos e minimizar sobrecarga hospitalar.

Conclusão:

A implantação da **UPA Tipo III – Sede (Bela Vista)** produzirá efeitos estruturantes na política municipal de saúde, promovendo acesso universal, integral e contínuo aos serviços de urgência e emergência. Trata-se de investimento que materializa o princípio da equidade do SUS e assegura à população um serviço público de saúde

resolutivo, humanizado e de qualidade, alinhado ao interesse coletivo e às diretrizes das políticas públicas essenciais.

17) PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO.

- Providenciar a desocupação do prédio atualmente utilizado pela Secretaria de Serviços Urbanos, seja por meio da locação de outro espaço ou realocação para imóvel pertencente à Administração;
- Garantir a aquisição e disponibilização do mobiliário necessário ao pleno funcionamento da nova edificação;
- Alocar equipe de profissionais suficiente para assegurar o atendimento adequado aos pacientes.

18) CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES.

Caso a Administração opte pela locação de imóvel para alocação da Secretaria de Serviços Urbanos, será necessária, previamente, a abertura de processo administrativo específico para a referida contratação.

19) DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS.

As especificações de controle de impactos ambiental estabelecem um conjunto de boas práticas de engenharia a serem adotadas na execução dos serviços e atividades de obra, e abrangem os meios físicos, solo, ar e água, biótico, flora e fauna e socioeconômico, população de entorno e funcionários, visando a prevenção e redução dos impactos socioambientais negativos.

Dentre diversos outros, podemos citar como principais impactos os seguintes:

- 1- Geração de Resíduos de Construção Civil – RCC;
- 2- Supressão de árvores;
- 3- Movimentação de tráfego viário.

19.1 GERAÇÃO DE RUÍDOS

Medidas de controle:

- Evitar a operação de máquinas e equipamentos em horários de repouso, principalmente em áreas habitadas;
- Realizar manutenção periódica de equipamentos e máquinas, de forma a minimizar ao máximo a emissão ruídos;
- Utilização de equipamento para estrita finalidade da execução do objeto contratado.

19.2 EMISSÕES ATMOSFÉRICAS

Medidas de Controle:

- Realizar as manutenções periódicas das condições mecânicas das máquinas, equipamentos e veículos das obras, ou sempre que constatados níveis excessivos de fumaça preta;
- O controle do nível de poeira em suspensão nas frentes de obra em solo exposto e em caminhos de serviço sem pavimentar, deve ser realizado pela umectação do solo com caminhão pipa com a periodicidade necessária;
- Controle de velocidade dos veículos em áreas não pavimentadas.
- Os serviços de supressão somente serão iniciados por ocasião da emissão da Autorização específica de corte de árvores emitida pela Secretaria de Meio Ambiente do município de Aracruz, sendo a empresa a responsável pela solicitação desta autorização;
- A remoção da vegetação deverá ser executada mediante a utilização de equipamentos adequados, complementados com serviços manuais, necessitando, portanto, da implementação das medidas de segurança aos trabalhadores;
- O material lenhoso gerado pelo corte das árvores isoladas deverá ser estocado em pilhas ou leiras, em locais onde não representem riscos de acidentes com trabalhadores e terceiros. Esse material poderá ser doado mediante termo, reaproveitado na obra ou, em último caso, encaminhado a área devidamente licenciada e definida pela contratante. Em hipótese nenhuma se deve proceder à queima do material vegetal gerado nessas operações;

- Cuidados especiais devem ser previstos quanto a redes elétricas ou telefônicas e ao trânsito local;

19.3 RESÍDUOS SÓLIDOS

Entre diversas atividades produtivas, o setor de construção civil é um dos que mais geram resíduos. Isso, muitas vezes, está relacionado à falta de processos adequados e aos materiais disponibilizados para cada serviço. Um melhor gerenciamento nesse quesito, além de representar um ganho para o meio ambiente, também gera economia na execução dos serviços.

Medidas de Controle:

- Uma das maneiras para reduzir a geração dos resíduos é dar aos operários apenas a quantia necessária de recursos para o seu trabalho, contando com uma porcentagem de desperdício, que sempre existirá devido a quebras e imperfeições. Além disso, o uso de materiais reutilizáveis, como escoras metálicas em vez de um escomento de madeira, por exemplo, é uma medida mitigadora para atenuar esses impactos ambientais gerados.
- Reduzir o uso de materiais com altos impactos ambientais causados pela construção civil.
- Reduzir os resíduos da construção com reciclagem e transformação de componentes para diminuir perdas e especificações que permitam a reutilização de materiais.
- O material gerado pelo Resíduo de Construção Civil poderá ser encaminhado à área devidamente licenciada no município ou de escolha da contratada desde que seja devidamente legalizada.
- As áreas de vivência devem ser mantidas em perfeito estado de conservação, higiene e limpeza;
- Utilização de Equipamentos de Proteção Individual - EPIs e Equipamentos de Proteção Coletivos- EPCs adequados ao risco da atividade desempenhada pelos trabalhadores;

- Aplicar medidas de segurança para atividades da operação com máquinas, veículos e equipamentos, tais como:

- a) Não dirigir em velocidade excessiva;
- b) Não conduzir caminhões basculantes com a caçamba levantada;
- c) Equipar carros e caminhões com alertas sonoros de manobra;
- d) Não permitir que pessoas viagem dentro da caçamba ou na parte externa de qualquer tipo de equipamento;
- e) Inspecionar periodicamente o sistema de travamento das caçambas de modo impedir acidentes decorrentes de uma provável abertura das mesmas;
- f) Supor sempre que o operador de um equipamento não pode ver as pessoas ao redor ou nas proximidades da máquina;
- g) Manter atenção constante ao fluxo de pessoas ao redor de máquinas em operação;
- h) Somente os trabalhadores, em número estritamente indispensável para proceder ao corte, deverão permanecer dentro de um raio igual à altura da árvore.

20) POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA.

Assim, os estudos preliminares indicam que esta forma de contratação é perfeitamente viável e que maximiza a probabilidade do alcance dos resultados pretendidos.

Diante do exposto, estes servidores afirmam ser viável a contratação da solução definida, com base neste Estudo Técnico Preliminar.

Elaborado por:

Ana Paula Baiôcco
Gerente de Especificação e Orçamentação
de Obras
Decreto nº 49.318/2025